

Apresentação

A agricultura internacional tem passado por um conjunto substantivo de transformações nos últimos vinte e cinco anos, com o crescimento do comércio internacional e a ampliação do espaço de atuação de grandes conglomerados transnacionais, tanto nos aspectos diretamente produtivos, quanto na mobilização de recursos financeiros.

Neste período, a posição da agricultura sul-americana foi redefinida no cenário global, com a ampliação de sua participação no mercado de *commodities*, na condição de exportadora de produtos especializados. Brasil e Argentina destacam-se nesse processo, porém também no Uruguai, Paraguai e Bolívia há dinâmicas semelhantes, configurando um Cone – Sul ampliado, região geográfica marcada por algumas dinâmicas similares e estratégias produtivas comuns. No caso de alguns produtos chave deste novo mercado global de *commodities*, tal como a soja, a região tornou-se a líder global em produção e exportação, configurando uma espécie de plataforma privilegiada para novos processos de acumulação de capitais na agricultura global.

Esses espaços são ocupados por uma grande agricultura capitalista que, em boa medida, aprofundou as transformações produtivas oriundas do período de industrialização da agricultura e de formação dos complexos agroindustriais. Sua base técnica combina elementos de mecanização com uso ainda mais intenso de insumos químicos, bem como as novas fronteiras da engenharia genética de material animal e vegetal. Do ponto de vista organizacional, há transformações importantes com o uso da microeletrônica, a gestão de recursos financeiros, a coordenação de diversos elos das cadeias de produção e comercialização e a financeirização do setor. Neste sentido, destaca-se o papel das grandes empresas transnacionais com maior capacidade de gestão e mobilização de recursos.

As relações entre agricultura capitalista, Estado e sociedade também passam por intensas transformações. Os processos de globalização dos mercados agrícolas, de liberalização e desregulamentação, produzem alterações, mas não tornam os organismos estatais prescindíveis para as novas estratégias sócio-produtivas. Por um lado, a grande agricultura continua mobilizando recursos políticos para engajar o Estado em investimentos de infra-estrutura, para oferta de crédito ou para a conquista de mercados internacionais. Por outro, as resistências às tentativas de homogeneização da agricultura sob hegemonia deste modelo procuram brechas nas instituições estatais para afirmar políticas públicas distintas, capazes, por exemplo, de apoiar agricultores familiares ou promover estratégias de desenvolvimento territorial.

A emergência de novos atores e a reconfiguração das relações políticas e sociais no mundo rural abre novos campos de conflito, algumas vezes alterando, outras alargando o que se poderia chamar de “questão agrária” no século XXI. Muitos deles são decorrentes da expansão deste “agronegócio” contemporâneo e de seus efeitos sobre a apropriação de territórios e recursos naturais, ou de suas tentativas de mobilizar recursos públicos. Dada a dinâmica e complexidade dessas novas configurações sociais, parece-nos oportuna a tentativa de oferecer uma análise mais fina para compreender as características, tanto sociais, como econômicas e político-institucionais, dos processos de expansão do agronegócio, especialmente a construção de diferentes arranjos estabelecidos pelos setores público e privado no meio rural, as mudanças nos “códigos” e no repertório de instrumentos para operar e validar esses processos, etc.

Desta forma, uma nova safra de estudos sobre a questão agrária e o agronegócio vem sendo desenvolvida e este dossiê apresenta um valioso recorte das tentativas de compreensão desses processos nas ciências sociais. São trabalhos que, com suas características próprias, diferenciam-se de duas modalidades comuns de abordagem do problema, aquelas que repetem ou ampliam as narrativas triunfalistas do agronegócio, excessivamente comprometidas com suas estratégias de reprodução social, ou, em extremo oposto, a simples denúncia de seus efeitos perversos, por vezes pouco analíticas ou pouco compreensivas quanto às transformações das dinâmicas sociais existentes. Embora mantendo a perspectiva crítica, os estudos que aqui apresentamos procuram oferecer um painel compreensivo das mudanças ocorridas na região no período recente. O quadro tem certa amplitude, lidando com aspectos diretamente econômicos, mas também com a problematização das relações sociais e políticas, bem como aspectos culturais e discursivos desses processos. Para tanto, articulam conhecimentos disciplinares distintos, da economia política à antropologia ou a sociologia econômica, valori-

zando a pluralidade metodológica das ciências sociais.

O artigo que abre esta coletânea, de autoria de Valdemar Wesz Júnior, apresenta um panorama abrangente da formação e das macro-transformações das cadeias produtivas e do mercado de soja em países da América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia). De acordo com o autor, a perspectiva internacional tornou-se necessária para compreender as dinâmicas do “agronegócio” em função de transformações no sistema agroalimentar global e nas lógicas produtivas e de governança, que tendem a ser cada vez menos restritas ao espaço nacional. O texto oferece um mapa das transformações recentes nas estratégias produtivas e nos atores, destacando os movimentos de concentração da produção, as mudanças tecnológicas e administrativas, as estratégias de “verticalização” da produção comandadas por grandes empresas transnacionais e os movimentos de valorização fundiária. Apesar das peculiaridades nacionais, a globalização da cadeia produtiva da soja aponta para movimentos cada vez mais convergentes na região.

Já o texto de Luciana Schleder Almeida altera a lente com que se pode observar esses processos sociais, oferecendo uma rica visão das relações comerciais entre agricultores mato grossenses e revendedores de maquinário e insumos agrícolas, a partir de uma etnografia realizada pela autora. Destacam-se aí as relações de confiança e amizade necessárias para a concretização e para a continuidade das negociações comerciais. O interesse comercial não se apresenta indissociado de relações de sociabilidade comunitárias e de avaliações morais acerca de reputações construídas ao longo do tempo, que fornecem critérios para a negociação. Com isso, Almeida auxilia a compreensão dos vínculos existentes em áreas de “agronegócio” com a vida comunitária pregressa de muitas das famílias que migraram para a região Centro – Oeste brasileira, oriundas de núcleos coloniais sulistas. Do ponto de vista de uma antropologia ou sociologia da economia, seu texto reforça ainda a necessidade de elementos “não econômicos” na construção de relações econômicas, mesmo em áreas de intensa modernização tecnológica.

Andrea Sosa nos traz uma importante análise das redes transnacionais que atuam na produção agropecuária, a partir do caso argentino. O modelo de redes foi uma inovação que alterou a formatação da agricultura empresarial, ocorrida quando empresas tradicionais davam lugar a megaempresas “translatinas”, com capacidade de operação em vários países e com alterações nas estratégias de operação. De acordo com a autora, elas procuram diminuir o peso do capital fixo na agricultura, intensificam a terceirização de atividades produtivas e o arrendamento de terras. Valorizam uma perspectiva “managerial”, na qual o conhecimento técnico e administrativo é o meio principal para a coordenação das ações, em lugar da propriedade da terra. Assim, importa mais o controle do processo produtivo que a propriedade. Sua análise vai procurar problematizar os aspectos produtivos e discursivos da formação dessas redes, favorecendo a compreensão tanto das mudanças efetivamente ocorridas, quanto das assimetrias criadas no decorrer desses processos.

O “agronegócio” argentino é também o tema do artigo de Delia Ramirez, que nos apresenta um interessante estudo de transformações econômicas, políticas e sociais na província de Misiones, no Norte argentino. A construção de uma perspectiva histórica favorece a compreensão das mudanças sociais no mundo rural, com destaque para as atividades dos produtores de erva mate e para o agronegócio florestal. A região estudada foi objeto de esforço colonizador ao longo do século vinte, sendo a produção de erva mate uma atividade central. A autora estuda as transformações ocorridas com a implementação de políticas neoliberais, de desregulamentação da atividade agrícola, nos anos 1990 e os processos sociais de luta e resistência. No período mais recente, seu trabalho mostra as transformações ocorridas a partir da expansão do “agronegócio” florestal na região, com apoio estatal, que articula novos pacotes tecnológicos e necessita de forte mobilização do território, mas não da população local, com efeitos sobre a concentração de propriedade da terra, o mercado de trabalho ou a saúde e o modo de vida da população camponesa.

Em seu estudo sobre a questão agrária e a crise da citricultura brasileira, Cássio Boechat, a partir da perspectiva analítica da economia política, desvenda o papel da concentração da propriedade na crise do setor. Para tanto, o autor critica as interpretações usuais, produzidas por intelectuais e atores sociais engajados nessas relações, centradas apenas no impacto de fatores endógenos ou exógenos sobre os custos de produção. De acordo com Boechat, elas velam as relações de trabalho e de propriedade que provocam a exclusão crescente de trabalhadores e agricultores familiares envolvidos na produção citrícola. A crise é vista pelo autor como consequência das tentativas de capitais cada vez mais centralizados de ampliar sua massa de lucro frente a

tendência geral de queda da taxa de lucro, gerando a imposição à força de condições determinadas de reprodução social de alguns atores sobre outros.

Por fim, o artigo de Felipe Maia oferece uma investigação sobre as origens intelectuais do agronegócio brasileiro e sobre a performatividade das teorias e interpretações dos economistas sobre a economia real. O artigo busca mostrar como se constitui uma interpretação hegemônica da questão agrária que identifica na grande propriedade o espaço ideal para certo tipo de modernização da agricultura, que encontraria as condições sociais e políticas de sua materialização durante o regime militar brasileiro. De acordo com o autor, seria possível encontrar linhas de continuidade entre essa “economia imaginada” do capitalismo agrário no Brasil e a construção material e simbólica do agronegócio contemporâneo, ajudando a compreender as narrativas hegemônicas que ajudam a estruturar as complexas relações sociais e políticas em disputa no mundo rural.

Os trabalhos que compõem esse dossiê são resultantes de debates realizados ao longo do Seminário Internacional “Transformações Recentes na Agricultura Internacional e seus Reflexos no Mercosul”, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 2014. Boa leitura!

Felipe Maia Guimarães da Silva* e Sérgio Pereira Leite**

*Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

** Professor e pesquisador do CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.